PRODUZIR

NOVO DESAFIO PARA O PECUARISTA BRASILEIRO

TERESA VENDRAMINI

Diretora do Departamento de Pecuária da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

A PECUÁRIA brasileira atravessa um período de desafios e incertezas. Se não bastasse a crise de integridade gerada pela operação Carne Fraca no início do ano, o setor depara-se, agora, com mais uma séria ameaça ao seu padrão competitivo. Está em discussão, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), o Projeto de Lei nº 31/18, que proíbe, no estado, o embarque de animais vivos no transporte marítimo com finalidade de abate para consumo. A medida, fundamentada em uma ideologia populista, tira do trabalhador rural a oportunidade de aproveitar os benefícios de um mercado em franca expansão.

Só de janeiro a maio deste ano, a exportação de gado vivo rendeu a São Paulo R$ 45,5 milhões, valor 53% superior ao registrado no estado em 2017. Em todo o País, foram exportados, no ano passado, 400,7 mil bovinos, resultando em um faturamento de US$ 269,6 milhões. Além do produtor rural, esse mercado impulsiona, também, a atividade daqueles que trabalham com sementes, genética, suplementos minerais, medicamentos veterinários e fertilizantes. Os ganhos são para toda a cadeia e, certamente, chegam até o consumidor final.

Representantes de Organizações Não Governamentais (ONGs) e defensores do bem-estar animal aglomeram-se pelos corredores da Alesp. Trajando preto e carregando cartazes, alegam crueldade no embarque dos bois. Sempre aberto a críticas, o nosso setor está disposto a dialogar com civilidade, desde que o debate seja pautado por critérios técnicos, sem ceder a um ativismo nutrido por *fake news*.

Na era das informações deturpadas, é comum que deputados queiram tirar proveito de temas com grande apelo popular para buscar notoriedade em um ano eleitoral. Por isso, convidamos os parlamentares da Alesp e representantes das ONGs para conhecerem de perto o trajeto dos animais, desde a fazenda, passando pelo transporte nos caminhões, até o embarque no navio.

Cabe ressaltar que a exportação de animais vivos no País já é regulamentada em âmbito federal, respeitando normas da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE). A Instrução Normativa (IN) nº 10, que rege o Regulamento Técnico para exportação de ruminantes vivos, é rigorosamente fiscalizada pelos órgãos competentes.

A SRB e outras associações do agronegócio estão comprometidas a trabalhar ativamente ao lado dos produtores rurais. Pecuaristas estão empenhados em desenvolver e aprimorar as técnicas de manejo e bem-estar animais. Para isso, precisamos mitigar o grave cenário de insegurança jurídica que afeta toda a cadeia produtiva, prejudicando a competitividade do agronegócio brasileiro e impondo custos mais altos para o consumidor.

Com esse episódio, passei a, finalmente, acreditar na possibilidade de união das entidades de classe, dos pecuaristas e dos demais representantes da cadeia produtiva. É com essa convergência de ideias e de forças que vamos conseguir combater os ataques ideológicos. Responderemos acusações extremistas com informações acessíveis e de qualidade, permitindo que a sociedade conheça os esforços do agronegócio em prol do bem-estar animal. Para nós pecuaristas, nada melhor do que mostrar aos nossos compradores e consumidores a eficiência em produtividade, a aptidão tecnológica e a responsabilidade ambiental que oferecemos a eles. Unidos, colocaremos o Brasil na rota das oportunidades de um dos segmentos mais promissores da pecuária. ■

